



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
PROCURADORIA JURÍDICA**

PARECER

Número do Parecer: 068/PJC/2021.

Projeto de Lei Complementar n. 005/2021

Interessado: Presidente CMSFG/RO.

Cuida-se de proposição formalizada através de projeto de lei complementar municipal de autoria do Poder Executivo onde este visa criar 03 (três) vagas no anexo I-C, da Lei Complementar Municipal n. 056/2017.

Conforme se vê no projeto de lei complementar, existem atualmente, 06 (seis) vagas para a categoria funcional – farmacêutico/bioquímico 40 horas.

E nesse aspecto, a proposta do Poder Executivo é a de criar mais 03 (três) vagas para referido cargo.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
PROCURADORIA JURÍDICA

Contudo, em análise à mensagem de lei, verifica-se que o ilustre autor não informa se tais vagas serão ocupadas de imediato ou se ainda vai realizar concurso público para a contratação.

Ainda, verifica-se que por se tratar de um aumento de despesa, a proposição não está devidamente instruída com o necessário e obrigatório impacto orçamentário – financeiro do exercício em que deva entrar em vigor e dos dois subsequentes, conforme bem preceitua o artigo 16, inciso I, da Lei Complementar Federal n. 101/2002 (LRF).

Ademais, o autor da proposição não demonstrou a origem do recurso para seu custeio, nos termos do que dispõe o §1º, do art. 17 da LRF, uma vez tratar-se obrigação de caráter continuado.

E nesse aspecto, são consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17 da citada Lei.

Feitas tais considerações, entendemos que, pelo menos por ora, a proposição não tem condições de tramitar da forma como se encontra,




ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
PROCURADORIA JURÍDICA

devendo serem sanadas referidas irregularidades, para, após, ser encaminhada ao plenário para a competente deliberação.

É o parecer, *salvo melhor juízo*, que por não ter caráter vinculante e cunho decisório, submetemos à consideração do Presidente da Câmara para a aprovação ou não do presente posicionamento.

Procuradoria Jurídica CMSFG, aos 1º de dezembro de
2021.


Fabrícia Uchaki da Silva
Procuradora Jurídica CMSFG/RO
OAB/RO n. 3.062